



AC MicroBanco DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ESTATUTÁRIAS 31 de Dezembro de 2017

Declaração de responsabilidade dos administradores

Os administradores do Banco são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras do AC MicroBanco Limitada que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2017, a Demonstração de resultados compreensivos, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Os Administradores são, igualmente, responsáveis pela implementação e manutenção de um sistema de controlo interno pertinente para a preparação e apresentação adequada de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erros, e manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz.

Os Administradores realizaram uma avaliação da capacidade do AC MicroBanco continuar a operar segundo o pressuposto de continuidade e não têm motivos para acreditar que o AC MicroBanco não possa continuar a operar de acordo com esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais do AC MicroBanco Limitada, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2018 e vão assinadas em seu nome, por:

	
Eng. Alfredo F. Chilaule (Director Executivo)	Dra. Saquina Rassul G. Samino (Directora)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE GESTÃO

Em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas, para o período financeiro findo em 31 de Dezembro de 2017, o Conselho de Gestão do AC MicroBanco apresenta o seu relatório anual.

1. Âmbito

Nos termos da Lei das Instituições de Microfinanças 15/99 de 1 de Novembro, alterada pela lei 09/2004 de 21 de Julho de 2004, e do Regulamento de Instituições de Microfinanças ao

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE Aos Sócios da AC MicroBanco Limitda Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do AC MicroBanco, Limitada, que compreendem o balanço relativo a 31 de Dezembro de 2017, a demonstração de resultados, a demonstração das variações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa referentes ao ano findo nessa data, um resumo das políticas contabilísticas significativas aplicadas e outras notas explicativas, conforme páginas 4 a 38.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, contidas nas páginas de 4 a 38, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do AC MicroBanco, Limitada em 31 de Dezembro de 2017, e do seu desempenho financeiro e de fluxos de caixa do período, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (NIRF).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos nos termos do Código de Ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstos nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da Gerência e do Conselho de Administração

A gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o PGC-NIRF, e pelo controlo interno que ela determine ser necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2017
(Valor expresso em Meticals)

	Notas	2017	2016
Activos			
Caixa e equivalentes de caixa	14	765 807	1 668 577
Aplicações em instituições de crédito		2 163 000	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15	2 332 343	4 436 860
Activos tangíveis	16	1 142 323	20 238 340
Activos intangíveis	17	1 603 425	2 057 580
Activos por impostos correntes		267 341	267 340
Outros activos	18	178 245	439 608
Total de activos		8 452 484	29 108 305
Passivos			
Empréstimos obtidos	19	-	17 191 243
Impostos a pagar	13	-	-
Outros Passivos	20	150 572	277 160
Total de passivos		150 572	17 468 403
Fundos próprios			
Capital social	21	14 247 970	14 247 970
Resultados transitados	21	(2 608 068)	(1 526 112)
Resultado líquido do período		(3 337 991)	1 081 955)
Total de fundos próprios		8 301 911	11 609 903
Total de Fundos próprios e passivos		8 452 484	(29 108 305)

abrigo do Decreto 57/2004 de 10 de Dezembro de 2004 e do Código Comercial sob o Decreto-lei 02/2005 de 27 de Dezembro de 2005, AC MicroBanco foi constituído no dia vinte e seis de Janeiro de dois mil e onze, tendo iniciado as suas operações em Abril de 2012.

2. Visão da Instituição

Ser reconhecida como a melhor e mais eficiente instituição financeira do País e como importante ferramenta de geração e manutenção de emprego e renda sustentável na região onde atua.

3. Missão da Instituição

Fornecer soluções, produtos e serviços financeiros com agilidade e competência as populações de baixa e média renda, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de relacionamentos duradouros para a criação de valor aos acionistas e a toda a sociedade.

4. Objecto Social

Conceder empréstimos, captar depósitos e outras operações bancárias autorizados pelo Banco de Moçambique.

5. Conselho de Gestão

Os Directores que exerceram as suas funções durante o exercício, ambos de nacionalidade moçambicana, excepto quando indicado em contrário são:

Eng. Alfredo F. Chilaule – Director Executivo
Dra. Saquina Gulamo R. A. Samimo
Dra. Anita Chongo Cavele

6. Governança Corporativa

O Conselho de Gestão do AC MicroBanco é obrigado a avaliar periodicamente o controlo e procedimentos de gestão de risco para assegurar a manutenção dos padrões de ética empresarial. O Conselho de Gestão pode procurar aconselhamento profissional independente e as despesas são pagas pela instituição. O Conselho de Gestão é responsável por supervisionar as responsabilidades legais e estatutárias do AC MicroBanco, examinar o balancete e outros relatórios financeiros com periodicidade trimestral e outras funções racionais com o controlo interno da instituição.

No exercício findo continuaram a merecer uma maior atenção do Conselho de Gestão o estabelecimento e revisão de políticas, procedimentos internos e estrutura informática que vão assegurar o controlo e monitoria das operações dos projectos financiados por AC MicroBanco.

7. Da Instituição e Clientela

No exercício de 2016, O AC MicroBanco manteve especializado o serviço de crédito em Crédito para o pessoal, comércio, habitação, agro-negócio e crédito para pequenas e médias empresas, por estes produtos produzirem efeitos multiplicadores rápidos na geração de renda para o melhoramento de condições de vida dos moçambicanos. Esta especialização mereceu contínuo destaque no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017. Terminou-se o exercício com uma carteira de crédito de Dois milhões trezentos e oitenta e dois mil trezentos e quarenta e nove meticals. Neste exercício findo, destacam-se exemplos de coragem e determinação de clientes que através

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

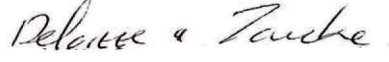
Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos scepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela gerência.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pela gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade em continuar as suas operações. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Maputo, 28 de Março de 2018


Deloitte & Touche (Moçambique), Lda.
Representado por:
Jacinto Delgado
Partner

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(Valor expresso em Meticals)

	Capital Social	Resultados transitados e do Exercício	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2016	14 247 970	(1 526 113)	12 721 858
Prejuízo do exercício de 2016	-	(1 081 955)	(1 081 955)
Saldo em 31 de Dezembro 2016	14 247 970	(2 608 068)	11 639 903
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	14 247 970	(2 608 068)	11 636 903
Prejuízo do exercício de 2017	-	(3 337 991)	(3 337 991)
Saldo em 31 de Dezembro 2017	14 247 970	(5 946 059)	8 301 911

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(Valor expresso em Meticals)

	Notas	2017	2016
Resultado antes de imposto		(3 337 991)	(1 081 955)
<u>Ajustes para itens não-monetários</u>			
Depreciações e amortizações	16,17	926 041	572 646
Perdas por imparidades líquidas		763 276	347 678
Abates de Activos tangíveis		-	4 500
Aumento / Redução de activos e passivos resultantes das operações após itens não-monetários			
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(821 761)	795 269
Outros activos		261 361	(254 241)

de produtos do AC MicroBanco consolidaram a operacionalização dos seus próprios negócios e empregam famílias. Este impacto social encoraja-nos afirmar que os produtos do AC MicroBanco, geridos de forma sustentável, fazem diferença no nível de vida das populações de baixa e média renda em Moçambique.

Para os exercícios subsequentes, é expectativa do AC MicroBanco consolidar os feitos produzidos em anos anteriores e estende-los a mais clientes de baixa e média renda.

8. Rede de Balcões

O AC MicroBanco iniciou as suas actividades, abrindo dois balcões, um em Maputo e outro no Distrito de Manhica e espera-se que ao longo dos anos subsequentes se estenda os serviços de crédito a outras regiões de Moçambique.

9. Resultados Financeiros e Operacionais

No ano de 2017, o AC MicroBanco apresentou resultados negativos, tendo-se verificado um decréscimo nos proveitos face ao ano de 2016. Todavia, o Banco consolidou investimento em tecnologias de informação para gerar futuros benefícios económicos e mensurar com segurança os seus processos internos.

A recessão económica do país contribuiu de forma significativa para os resultados negativos verificados na AC MicroBanco no período findo à 31 de Dezembro de 2017, entretanto, a AC MicroBanco tem vindo a desencadear esforço contínuo em conjunto com os seus parceiros, sócios e clientes, por forma a transformar dificuldades em oportunidades e por via disso conseguir gerar resultados positivos nos próximos exercícios financeiros. Agradecimento especial para os nossos clientes pela confiança que depositam no AC MicroBanco. Às entidades governamentais e reguladoras, o nosso reconhecimento pelo contínuo suporte à visão e missão do AC MicroBanco pois sem estes não se teria alcançado as realizações obtidas. Aos nossos colaboradores vai um especial agradecimento pela sua dedicação, zelo e competência na contínua interpretação fiel do sonho dos nossos clientes.

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Após a apreciação do relatório de Demonstrações Financeiras Anuais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e tendo verificado os elementos nele constantes, recomendo a Assembleia Geral do AC MicroBanco a sua aprovação

Maputo, 26 de Março de 2018

O Fiscal unico do AC MicroBanco


Ismael José Manuel Nhacucué
Magos Lda

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(Valor expresso em Meticais)

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	10	2 507 952	4 247 783
			-
Resultados líquidos de juros		2 507 952	4 247 783
Provisões para perdas por imparidades em crédito a clientes		(763 279)	(347 678)
Resultados líquidos de juros após provisões		1 744 673	3 900 105
Rendimentos de taxas e comissões	11	92 676	135 886
Gastos com taxas e comissões	11	(11 623)	(11 198)
Rendimento líquido de honorários e comissões		81 053	124 688
Rendimentos operacionais		1 825 726	4 024 793
Gastos com o pessoal	12	(1 238 756)	(1 666 597)
Outros gastos administrativos	12	(3 871 042)	(3 353 646)
Outros gastos operacionais		(53 919)	(86 505)
Gastos operacionais		(5 163 717)	(5 106 748)
Resultados antes de imposto		(3 337 991)	(1 081 955)
Impostos sobre o rendimento	13	-	-
Resultado líquido do período		(3 337 991)	(1 081 955)
Outro Rendimento integral		-	-
Rendimento Integral		(3 337 991)	(1 081 955)

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(Valor expresso em Meticais)

	Notas	2017	2016
Outos passivos		(126 583)	3 905
Pagamentos por conta e especial por conta		-	(694 891)
Fluxos de caixa resultantes das actividades operacionais		2 335 657	(307 090)
Aquisição de Activos fixos tangíveis e intangíveis		18 624 130	(183 665)
Fluxos de caixa resultantes das actividades de investimento		18 624 130	(183 665)
Empréstimos obtidos		(17 191 243)	1 802 440
Fluxos de caixa resultantes das actividades de financiamento		(17 191 243)	1 802 440
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1 668 577	361 392
Fluxo de caixa resultante das actividades operacionais		(2 335 657)	(307 090)
Fluxo de caixa resultante das actividades de investimento		18 624 130	(188 165)
Fluxo de caixa resultante das actividades de financiamento		(17 191 243)	1 802 440
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15	765 807	1 668 577





NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017
(Valor expresso em Meticals)

1. INCORPORAÇÃO E ACTIVIDADES

O AC MicroBanco Limitada é uma entidade domiciliada em Moçambique é uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. O endereço da entidade é Cidade de Maputo, Avenida 25 de Setembro, nº 270, Moçambique. A entidade é uma instituição bancária de micro finanças que concede empréstimos a particulares e pequenas empresas em Moçambique.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). Os detalhes das políticas contabilísticas da entidade, incluindo as alterações durante o ano estão incluídos nas Notas 5 e 6.

3. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em Metical, que é a moeda funcional e de apresentação da entidade. Todos os valores foram arredondados para a unidade de Metical mais próxima, excepto quando indicado ao contrário.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir das estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistas numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa seja objecto de revisão e em todos os períodos que futuramente venham a ser afectados.

Em particular, a informação respeitante às áreas significativas de incerteza da estimativa e os julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que tenham um efeito mais significativo no valor reconhecido nas demonstrações financeiras está descrita na Nota 9.

5. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A entidade aplicou as seguintes políticas contabilísticas para todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras:

(a) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data de relato. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano ajustado para juro, efectivo e pagamentos durante o ano e o custo amortizado em moeda estrangeira convertida à taxa em vigor no fim do ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de foi determinado o justo valor. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

(b) Reconhecimento de receitas

As receitas e custos financeiros são reconhecidas em lucros ou prejuízos, mediante a utilização do método da taxa de juro efectiva. O método da taxa de juro efectiva é o método seguido para calcular o custo amortizado quantia escriturada de um activo ou passivo financeiro e alocar as receitas e custos de juros ao período relevante.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa estimados futuros durante a vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para quantia escriturada do activo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas financeiras apresentadas na demonstração de resultados compreensivos incluem os juros sobre os activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e calculados com base no método do juro efectivo.

As receitas e custos de honorários e comissões que compõem a taxa efectiva de juro num activo ou passivo financeiro são incluídas na mensuração da taxa de juro efectiva.

As receitas e comissões relacionadas principalmente com as taxas de transacção e serviços, são reconhecidos com base na periodificação quando os serviços são prestados.

(c) Pagamentos em locações

Os pagamentos efectuados a título de locações operacionais são reconhecidos em lucros e prejuízos numa base de quotas constantes durante o prazo do contrato de locação. Os incentivos recebidos de locação são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de locação durante o prazo do contrato de locação.

Os pagamentos mínimos de locação efectuados sob locações financeiras são repartidos entre o custo financeiro e a redução do passivo pendente. A locação financeira é alocada a cada período durante os termos do contrato, de modo a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Quando uma locação operacional é terminada antes do período de locação expirar, qualquer pagamento necessário para ser efectuado ao locador a título de sanção é reconhecido como despesa no período em que a rescisão ocorre.

Os activos detidos pelo AC MicroBanco ao abrigo de contratos de locação que transferem para o banco substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como locações financeiras. O activo locado é mensurado pelo valor igual ao menor valor entre o justo valor e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Após o reconhecimento inicial, o activo é contabilizado de acordo com a política contabilística aplicável ao activo.

Os activos detidos ao abrigo de outros contratos de locação são classificados como locações operacionais e não são reconhecidas na demonstração da situação financeira.

(d) Imposto sobre o rendimento

O imposto a pagar sobre o lucro inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos em lucros ou prejuízos, excepto a parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos no capital próprio ou noutros resultados compreensivos.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substancialmente previstas à data do relato.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido para diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos, com vista à preparação de relatórios financeiros, e os valores usados para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias no reconhecimento inicial de activos ou passivos numa transacção que não é uma concentração de actividades empresariais e que não afecte o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

O valor do imposto diferido é mensurado com utilização das taxas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando as mesmas são revertidas, com base nas taxas prescritas por lei ou em vigor à data do relato.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar os activos e passivos por impostos correntes, e dizem respeito a impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em entidades fiscais diferentes, mas eles pretendem liquidar os activos e passivos por impostos correntes numa base líquida ou os seus activos e passivos por impostos diferidos serão realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido nas perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisados a cada data de relato e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

Os impostos adicionais que surgem a partir da distribuição de dividendos pelo banco são reconhecidos ao mesmo tempo que a responsabilidade de pagar o dividendo relacionado é reconhecida. Estes valores são geralmente reconhecidos nos lucros ou prejuízos, porque eles geralmente estão relacionados com as receitas decorrentes de operações que foram originalmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Contingências fiscais

Na determinação do montante do imposto corrente e diferido, o AC MicroBanco leva em conta o impacto de posições fiscais incertas e se impostos adicionais e juros podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em pressupostos e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que fazem com que o Banco altere os seus julgamentos sobre a adequação de passivos fiscais existentes, sendo que tais mudanças para o passivo fiscal terão impacto no custo de imposto no período que tal determinação é feita.

(e) Activos e passivos financeiros

(i) Reconhecimento

Os empréstimos e adiantamentos, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados são reconhecidos na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo compras regulares e vendas de activos financeiros) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo justo valor acrescido, para um item não ao justo valor através de lucros ou prejuízos, dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) Classificação

Activos financeiros

O AC MicroBanco classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e devedores;
- detidos até à maturidade;
- disponíveis-para-venda; e
- ao justo valor através de lucros ou prejuízos e nesta categoria:
 - detido para negociação; ou
 - designados ao justo valor através de lucros ou prejuízos.

Passivos financeiros

O AC MicroBanco classifica os seus passivos financeiros que não sejam garantias financeiras e compromissos de empréstimos, como mensurados pelo custo amortizado ou justo valor através de lucros ou prejuízos.

(iii) Desreconhecimento

Activos financeiros

O AC MicroBanco desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou transfere os direitos para receber os fluxos de caixa contratuais numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do activo financeiro são transferidos ou em que o AC MicroBanco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e as vantagens da propriedade e não retém o controlo do activo financeiro.

No desreconhecimento de um activo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada do activo (ou a quantia escriturada alocada à parte do activo desreconhecido) e a soma:

(i) da retribuição recebida (incluindo qualquer activo novo obtido menos qualquer passivo novo assumido) e

(ii) de qualquer ganho ou perda cumulativo que tenha sido reconhecido em outros resultados compreensivos é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Quaisquer juros em activos financeiros transferidos que se qualificam para desreconhecimento que sejam criados ou retidos pelo Banco são reconhecidos como um activo ou passivo separado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando as obrigações contratuais são satisfeitas, canceladas ou quando estas expiram.

(iv) Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado na demonstração da situação financeira quando, e apenas quando, o AC MicroBanco tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar numa base líquida ou de realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e despesas são apresentadas numa base líquida apenas quando permitida pelas NIRF, ou para ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes como na actividade comercial do Banco.

(vi) Mensuração do justo valor

O justo valor de um depósito à ordem não é inferior do que o valor a ser pago à ordem, descontado desde a primeira data em que o pagamento da quantia podia ser exigido.

(vii) Identificação e mensuração de imparidade

A cada data de relato, o Banco avalia se há evidência objectiva de que os activos financeiros não escriturados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos estão em imparidade. Um activo financeiro ou um grupo de activos se encontra em imparidade quando existe evidência objectiva de que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do activo e que a perda tenha um impacto nos futuros fluxos de caixa de um activo que pode ser mensurado com fiabilidade.

A evidência objectiva de que os activos financeiros estão em imparidade inclui:

- dificuldades financeiras significativas do mutuário ou emitente;
- incumprimento ou relaxe nos pagamentos por parte do mutuário;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo AC MicroBanco que de outra forma não consideraria;
- indicações de que um mutuário ou emitente entrará em falência;
- o desaparecimento de um mercado activo para um título; ou
- dados observáveis relativos a um grupo de activos, tais como alterações adversas no estado do pagamento dos mutuários ou emittentes no grupo, ou condições económicas que se correlacionam com os incumprimentos do grupo.

Além disso, para um investimento em títulos de acções, um declínio significativo ou prolongado no seu justo valor abaixo do justo valor é evidência objectiva de imparidade. Em geral, o micro-banco considera um declínio de 20% como "significativo" e um período de nove meses como "prolongado". No entanto, em determinadas circunstâncias uma desida inferior ou um período mais curto pode ser apropriado.

O AC MicroBanco considera evidência de imparidade para os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade, para um activo específico e a nível colectivo. Todos os empréstimos e adiantamentos individualmente significativos e títulos de investimento detidos até à maturidade são avaliados quanto à imparidade específica. Aqueles que não se encontram em situação de imparidade específica são então avaliados colectivamente para qualquer imparidade que foi incorrida mas ainda não identificada. Os empréstimos e adiantamentos e títulos de investimento detidos até à maturidade que não são individualmente significativos são avaliados colectivamente para imparidade por agrupando os empréstimos e adiantamentos e os títulos de investimento detidos até à maturidade com características de risco semelhantes.

Instrumentos específicos:

Caixa e equivalentes de caixa

Os itens de caixa e equivalentes de caixa compreendem notas e moedas em numerário e os depósitos com bancos comerciais e outros activos altamente líquidos com maturidade até três meses ou menos a partir da data de aquisição que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu justo valor, e são usados pela empresa na gestão de seus compromissos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são apresentados ao custo amortizado na demonstração da situação financeira.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos originados pelo AC MicroBanco são classificados como empréstimos e devedores.

Os empréstimos e devedores são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, sem cotação num mercado activo, diferentes dos que são classificados pelo banco pelo justo valor através de lucros ou prejuízos ou disponíveis para venda.

Os empréstimos e devedores são mensurados pelo custo amortizado, usando o método do juro efectivo, menos qualquer perda por imparidade. A maioria dos adiantamentos do banco está incluída na categoria de empréstimos e devedores.

Os empréstimos e adiantamentos são reportados líquidos de provisões, por forma a reflectir os valores recuperáveis estimados.

Outros activos

Outros activos compreendem adiantamentos e depósitos que passam surgir durante o curso normal do negócio. Outros activos são reconhecidos quando o AC MicroBanco obtém o controlo de um recurso, como resultado de eventos passados e do qual se espera que os futuros benefícios económicos fluam para o AC Micro-Banco durante o exercício financeiro.

Outros activos são inicialmente mensurados pelo justo valor, que inclui os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, outros activos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juro efectivo, menos quaisquer perdas por imparidade acumulada.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são classificados como passivos não negociáveis. Estes são reconhecidos ao justo valor incluindo os custos de transacção. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos obtidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando uma taxa de juro efectiva.

(f) Propriedade e equipamento

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens de propriedade e equipamento são mensurados ao custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui gastos que são directamente atribuíveis à aquisição do activo.

O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte do equipamento.

Se as partes significativas de um item de propriedade e equipamento têm diferentes vidas úteis, em seguida, esses itens são contabilizados como um item separado (componentes principais) de propriedade, instalações e equipamento.

Qualquer ganho ou perda na alienação de um item de propriedade e equipamento (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e a quantia escriturada do item) é reconhecido em outros resultados como lucros e prejuízos.

(ii) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são capitalizados apenas se for provável que dele resultem benefícios económicos futuros para o AC MicroBanco. As obras em curso e de manutenção são registadas como despesas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de um item de propriedade e equipamento menos os seus valores residuais estimados utilizando o método de quotas constantes durante a vida útil estimada, e é geralmente reconhecido nos lucros ou prejuízos. Os activos por locação financeira são depreciados pelo menor prazo entre o prazo de locação e os seus vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que o micro-banco irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas de itens significativos de propriedade, equipamentos são as seguintes:

- Computadores e equipamento 7 anos;
- Mobiliário e acessórios 10 anos;
- Veículos 4 anos; e
- Terreno e edifícios 50 anos.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada data do relato e ajustados se apropriado.

(g) Activos intangíveis

Software de computadores

O software adquirido pelo AC MicroBanco é mensurado ao custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos de software desenvolvidos internamente são reconhecidos como um activo quando a entidade é capaz de demonstrar a sua intenção e a capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de uma maneira que irá

gerar futuros benefícios económicos, e pode mensurar com segurança os custos para concluir o desenvolvimento. Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis para o desenvolvimento do software e custos de empréstimos capitalizados e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes em activos de software são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios económicos incorporados no activo específico a que se refere. Todos os outros custos são reconhecidos em lucros ou prejuízos quando incorridos.

O software é amortizado numa base de quotas constantes sobre o valor estimado das vidas úteis, a partir da data em que está disponível para o uso. A vida útil estimada de software para os períodos correntes e comparativos é de três a cinco anos.

Os métodos de amortização, vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de relato e ajustados, se apropriado.

(h) Imparidade de activos não financeiros

À cada data do relato, a entidade revê as quantias escrituradas dos seus activos não financeiros (diferente de activos por impostos diferidos) para determinar se existe evidência objective de imparidade. Se tal indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o valor em uso e o justo valor menos os custos de venda. Ao avaliar o valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma de taxa de desconto antes dos impostos que reflecta as avaliações correntes do mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o activo.

Uma perda por imparidade é reconhecida se a quantia escriturada de um activo excede o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Uma perda por imparidade é revertida somente na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação ou amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

(i) Custos com benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo dos empregados

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, participação nos lucros, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como contribuições para a assistência médica.

As obrigações de pagamento dos benefícios de curto prazo dos empregados são mensurados numa base não descontada, sendo contabilizadas como custo quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bônus em dinheiro ou férias acumuladas, se o grupo tiver uma obrigação actual legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada de forma fidedigna.

Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como custo, quando o Banco se compromete, sem possibilidade de realista de retirada, com um plano detalhado formal para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Se não se espera que os benefícios sejam totalmente liquidados no prazo de 12 meses após a data de relato, então estes são descontados.

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. O Banco não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não tiver activos suficientes para pagar todas os funcionários os benefícios relativos ao serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores. Obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

Empresas moçambicanas são, por lei, obrigados a contribuir para o Fundo Nacional de Segurança Social (INSS), que é um sistema de contribuição definida. As obrigações do Banco em matéria de contribuições para esses fundos são 4% dos empregados sobre o salário bruto. Contribuições para INSS são consideradas despesas em lucros ou prejuízos no período em que são incorridas.

(j) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o AC MicroBanco tiver uma obrigação actual legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação, e o valor tiver sido estimado de forma fidedigna.

As provisões são determinadas com base no valor actual dos custos que se espera que venham a incorrer para dar cumprimento à obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflecte a avaliação actual do mercado do valor temporal do dinheiro e quando necessário, o risco específico do passivo.

(i) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o banco aprova um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente. As perdas futuras não são provisionadas.

(ii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que se espera obter pelo banco a partir de um contrato forem inferiores do que os custos inevitáveis de satisfazer as suas obrigações nos termos do contrato. A provisão é mensurada pelo valor inferior dos custos dos custos do contrato e o custo liquidar o contrato e o custo liquidar o contrato e o custo liquidar o contrato. Antes de estabelecer uma provisão, o banco reconhece qualquer perda por imparidade dos activos associados a esse contrato.

6. Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Banco são descritas abaixo. O Banco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

Novas normas ou alterações	Resumo dos requisitos e possível impacto
NIRF 16 Locações	O IASB emitiu a NIRF 16 Locações que requer que a maior parte das locações sejam reconhecidas em balanço. Os locatários terão um único modelo de contabilização para todas as locações, com determinadas excepções. A contabilização pelos locadores vai ser substancialmente inalterada. A norma contém requisitos de divulgação adicionais para contratos de locação celebrados. Esta nova norma tomará a efectiva em 1 de Janeiro de 2019, com a adopção antecipada muito limitada. O impacto da adopção desta norma nas demonstrações financeiras do Banco ainda se encontra em análise.
NIRF 9 Instrumentos financeiros	Em Julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da NIRF 9 Instrumentos Financeiros que reflecte todas as fases do projecto dos instrumentos financeiros e substitui a NIC 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da NIRF 9. A NIRF 9 apresenta em conjunto os três aspectos do projecto de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura. A NIRF 9 é efectiva para os períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, sendo permitida a adopção antecipada. Excepto para a contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória mas a divulgação comparativa não é obrigatória. Para a contabilidade de cobertura, os requerimentos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas limitações. O Banco pretende adoptar a nova norma na data efectiva da aplicação. (a) Classificação e mensuração O Banco não espera um impacto significativo decorrido da aplicação da classificação e mensuração dos requisitos da NIRF 9, pelo facto do Banco mensurar os instrumentos ao custo amortizado. Os empréstimos e contas a receber são detidas com o objectivo de obter fluxos de caixa contratuais e espera-se dar origem a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de juros e capital. Assim, o Banco espera que estes continuem a ser mensurados ao custo amortizado de acordo com a NIRF 9. No entanto, o Banco vai analisar as características de fluxo de caixa contratuais desses instrumentos de forma mais detalhada antes de concluir se todos os instrumentos satisfazem os critérios para a avaliação dos custos amortizados de acordo com a NIRF 9. (b) Imparidade A NIRF 9 requer que o Banco registre perdas expectáveis em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber numa base de 12 meses, ou ao longo da sua materialidade. O Banco espera aplicar a abordagem simplificada e reconhecer as perdas esperadas ao longo da vida para todos os empréstimos e contas a receber. A NIRF 9 requer que o Banco registre perdas expectáveis em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber numa base de 12 meses, ou ao longo da sua materialidade. O Banco espera aplicar a abordagem simplificada e reconhecer as perdas esperadas ao longo da vida para todos os empréstimos e contas a receber.
IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira, consideração antecipada	Esta interpretação aborda a taxa de câmbio para uso em transações que envolvem a contraprestação antecipada paga ou recebida em moeda estrangeira. As entidades devem considerar a data da transação, para determinar a taxa de câmbio, que servirá de data de reconhecimento inicial pagamento antecipado do activo não monetário ou do proveito diferido e se houver múltiplos pagamentos ou recebimentos antecipados, a data da transação deve ser estabelecida para cada pagamento ou recebimento. A IFRIC 22 é efectivo para os períodos de reporte que iniciam após 1 de Janeiro de 2018. A administração não espera que essas alterações tenham impacto nos capitais próprios do Banco.
IFRIC 23 Incertezas no tratamento de imposto de impostos sobre o rendimento	Se os tratamentos fiscais devem ser considerados coletivamente Uma entidade é obrigada a usar o julgamento para determinar se cada tratamento fiscal deve ser considerado a consideração a que uma entidade espera ter o direito, em troca de transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma sobre o direito substituirá todos os requisitos de reconhecimento de crédito existentes anteriormente nas NIRF. A utilização de uma aplicação retrospectiva completa ou uma aplicação modificada da norma será necessária para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida. O Banco não espera que esta norma tenha um impacto significativo.
NIRF 15 Rêdito proveniente de Contratos com Clientes	A NIRF 15 foi emitida em Maio de 2014 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar o rédito proveniente de contratos com clientes. Segundo o NIRF 15, o rédito é reconhecido por um montante que reflecte a consideração a que uma entidade espera ter o direito, em troca de transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma sobre o rédito substituirá todos os requisitos de reconhecimento de crédito existentes anteriormente nas NIRF. A utilização de uma aplicação retrospectiva completa ou uma aplicação modificada da norma será necessária para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida. O Banco não espera que esta norma tenha um impacto significativo.



Não se espera que as seguintes novas normas ou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do MicroBanco.

As melhores anuais das NIRFS, ciclo 2011-2015 incluem uma série de alterações de diversas NIRFS, que estão resumidas abaixo:

NIRF 5 - Acrescenta orientação específica para os casos em que uma entidade reclassifique activos de detidos para venda, para distribuição ou vice-verso e os casos em que os detidos para distribuição contabilística é interrompido.

NIRF 7 - Acrescenta orientação adicional para determinar se um contrato de manutenção é a continuidade do envolvimento em um activo transferido com a finalidade de determinar as divulgações necessárias. Ele também esclarece a aplicabilidade das alterações da NIRF 7 na compensação de notas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

NIC19 - Clarifica que as obrigações corporativas de alta qualidade usadas na estimativa de taxas de desconto para os benefícios pós-emprego devem ser expressos na mesma moeda que a moeda de pagamento (assim, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada a nível da moeda).

NIC34 - Esclarece o significado de "em outras partes do relatório intercalar" e requer uma referência cruzada. Não há outras normas NIRFS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e que teriam um impacto significativo sobre a empresa.

7. Gestão de risco financeiro

Introdução e visão geral

O AC MicroBanco está exposto aos seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da entidade a cada um dos riscos acima mencionados e objectivos da entidade, políticas e processos de mensuração de gestão de risco e da gestão do risco financeiro da entidade.

Estrutura da gestão de risco

O Conselho de Gestão tem a responsabilidade geral de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da entidade.

O Conselho de Gestão é responsável por identificar e analisar os riscos enfrentados pelo AC MicroBanco, por definir limites e controlos de riscos apropriados, e por monitorar riscos e o cumprimento desses limites. A revisão dos sistemas e políticas de gestão de risco é realizada para reflectir mudanças nas condições de mercado regularmente, produtos e serviços oferecidos. O AC MicroBanco, através da sua formação e as normas e procedimentos de gestão, tem como objectivo desenvolver um ambiente de controlo interno disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de ocorrerem perdas financeiras se um cliente ou uma contraparte causar um prejuízo financeiro ao AC MicroBanco, por falta de quitação de uma obrigação quando vencida, decorrendo principalmente dos empréstimos e adiantamentos a clientes. Para efeitos de relatórios de gestão de risco, a empresa considera e consolida todos os elementos da exposição de risco de crédito (risco de incumprimento pelos devedores, risco do sector e do país).

A provisão de empréstimos garantidos e não garantidos a indivíduos e empresas é a principal aspecto do negócio do AC MicroBanco. Contudo, a exposição ao risco de crédito e a gestão deste risco é a questão fundamental para o conselho de administração.

O AC MicroBanco gere este risco por meio de uma análise adequada de pedidos de crédito antes de desembolsar os fundos para os clientes.

Gestão do risco de crédito

Todos os saldos de caixa e equivalentes de caixa são detidos por instituições de renome com um bom historial de crédito que são regulados pelo Banco Central de Moçambique. Como resultado, a probabilidade de perda devido ao risco de crédito é avaliada como baixa.

Como referido acima, a actividade principal da entidade é o fornecimento de empréstimos com e sem garantia para indivíduos e empresas. O Conselho de Administração delegou a responsabilidade pela supervisão ao analista de risco de crédito.

É da responsabilidade do Director Executivo garantir que as políticas da empresa sobre o risco de crédito, os níveis de acessibilidade, salário líquido mínimo e adesão aos níveis da entidade ou legislação sobre o salário líquido sejam cumpridas com carácter permanente.

A entidade garante que estes procedimentos são realizados como parte do processo de pedido de empréstimo e desembolso. A partir daí, o desempenho da carteira de crédito é monitorado pela área de crédito, que é assistida pelo Director Executivo e pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração é responsável pela gestão de risco de crédito da entidade.

Os empréstimos são concedidos aos funcionários capazes de apresentar os recibos de salários dos dois últimos meses e com uma conta bancária activa. Este é um pré-requisito considerando que os empréstimos não são desembolsados em dinheiro.

O principal critério considerado pela entidade é a capacidade do requerente atender os seus compromissos financeiros e permanecer com fundos suficientes para financiar as necessidades domésticas. A entidade aplica estes critérios para todos os clientes e isto é complementar aos requisitos regulamentares.

Todos os empréstimos são reembolsáveis em parcelas mensais do mesmo valor.

Acompanhamento de prémios vencidos

Para os empréstimos que foram amortizados, o departamento de crédito segue procedimentos estabelecidos para recuperar pagamentos. Trata-se, em certos casos, da nomeação de agentes legais para garantir julgamentos de dívida.

Os desembolsos dos empréstimos são realizados electronicamente e/ou depositados directamente nas contas bancárias dos clientes. Isto reduz o risco de detenção de caixa e reduz a complexidade do processo. Devido a esta metodologia, apenas os clientes com contas bancárias podem ser assistidos.

Empréstimos com imparidade

Os empréstimos e títulos com imparidade são empréstimos e adiantamentos em que a entidade determina que não será possível cobrar todos os juros devidos de acordo com os termos contratuais do empréstimo.

Empréstimos vencidos mas sem imparidade

Os empréstimos vencidos mas sem imparidade são aqueles em que os reembolsos contratuais venceram, mas a entidade acredita que a imparidade não é apropriada com base no caso específico, por exemplo, o cliente pode auferir um salário reduzido devido a licença de estudo.

Provisões para imparidade

O AC MicroBanco estabelece uma provisão para perdas por imparidade para os activos registados ao custo amortizado que representa sua estimativa de perdas incorridas na sua carteira de empréstimos. As principais componentes desta provisão são a componente de perdas específicas, relacionada com exposições individualmente significativas e uma provisão colectiva para perdas de empréstimos colectivas. Esta provisão é estabelecida para grupos de activos homogêneos, referentes às perdas incorridas mas não identificadas em empréstimos considerados individualmente insignificantes, assim como, exposições individualmente significativas, que foram sujeitos a avaliações individuais de imparidade mas que não apresentam imparidade individual.

Política de anulações

A empresa anula um saldo de empréstimo, e quaisquer provisões para imparidade relacionadas, quando o empréstimo é incobrável. Esta determinação é alcançada depois de considerar informações como a ocorrência de alterações significativas na posição financeira do devedor de tal forma que o mutuário não pode mais pagar a obrigação. Segue abaixo uma análise dos valores brutos e líquidos de activos.

Exposição máxima ao risco de crédito em 31 de Dezembro:

2017	Valor bruto MT	Imparidade específica MT	Imparidade colectiva MT	Valor líquido MT
Caixa e equivalentes de caixa	765 807	-	-	765 807
Empréstimos e adiantamentos	2 382 349	-	(50 006)	2 332 343
Outros activos	178 245	-	-	178 245
Total	3 326 401	-	(50 006)	3 276 395
2016	Valor bruto MT	Imparidade específica MT	Imparidade colectiva MT	Valor líquido MT
Caixa e equivalentes de caixa	1 668 577	-	-	1 668 577
Empréstimos e adiantamentos	4 784 538	(273 984)	(63 166)	4 436 860
Outros activos	439 606	-	-	439 606
Total	6 892 721	(273 984)	(63 166)	6 545 043

	2017 MT	2016 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes vigentes		
Nem vencidos nem com imparidade	1 977 329	3 158 288
Vencidos e com imparidade	405 020	1 626 250
Total de adiantamentos brutos a clientes	2 382 349	4 784 538
Menos: provisão de imparidade	(50 006)	(347 678)
Adiantamentos e empréstimos líquidos a clientes em 31 de Dezembro de 2017	2 282 337	4 436 860

8. Gestão de risco financeiro (Continuação)

(b) Risco de Mercado

O AC MicroBanco está exposto ao risco de mercado que é o risco de mudanças nos preços do mercado, tais como taxas de juro e taxas de câmbio, viem a afectar o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro. Os riscos de mercado advêm de posições nas taxas de juro e de câmbio, todas elas expostas a movimentações de Mercado gerais e específicas e a alterações no nível de volatilidade. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo optimizando o retorno sobre o risco.

Técnicas de mensuração de risco de mercado

As principais técnicas de mensuração utilizadas para mensurar e controlar o risco de mercado estão descritas abaixo.

(i) Risco cambial

O AC MicroBanco assume a exposição aos efeitos de flutuações nas taxas de câmbio vigentes na sua posição financeira e fluxos de caixa. O Conselho estabelece limites para o nível de exposição por moeda que são monitorados regularmente.

À data do relato, todos os activos e passivos financeiros da entidade estavam denominados em Meticals e o AC MicroBanco não tem outros compromissos denominados em moeda estrangeira. Isso reduziu a um nível insignificante, a exposição da entidade às flutuações das taxas de câmbio.

(ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de que o justo valor ou o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado. Risco de taxa de juro do justo valor é o risco de que o valor de um instrument financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado. O AC MicroBanco assume a exposição aos efeitos de flutuações nos níveis prevalentes de taxas de juro do mercado, quer para o justo valor e riscos de fluxo de caixa. As margens de juro podem aumentar como resultado de tais mudanças, mas podem reduzir as perdas no caso de aumentos inesperados. Geralmente, o juro em adiantamentos e empréstimos a clientes é fixo. O Conselho estabelece limites para o nível de inadequação do reapreçamento da taxa de juro que pode ser realizado, que é monitorado regularmente pela gestão.

A nota abaixo resume a exposição do AC MicroBanco a riscos de taxas de juro. A nota inclui instrumentos financeiros do AC MicroBanco pelas suas quantias escrituradas categorizados pela anterior data de reapreçamento contratual ou prazos de maturidade.

Sensibilidade de activos financeiros e passivos financeiros em 31 de Dezembro:

2017	Á Ordem	1 a 12 meses	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Sem juros	Total
Activos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	765 807	-	-	-	-	765 807
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 841 032	541 317	-	-	2 382 349
Outros activos	178 245	-	-	-	-	178 245
944 052	1 841 032	541 317	-	-	3 326 401	
Passivos financeiros						
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	150 572	-	-	-	-	150 572
	150 572					150 572
Activos/(Passivos) líquidos						
2016	Á Ordem	1 a 12 meses	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Sem juros	Total
Activos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1 668 577	-	-	-	-	1 668 577
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2 118 928	2 665 611	-	-	4 784 539
Outros activos	-	-	-	-	439 606	439 606
	1 668 577	2 118 928	2 665 611	-	439 606	6 892 722
Passivos financeiros						
Outros Passivos	-	-	-	-	(277 279)	(277 279)
	-	-	-	-	(277 279)	(277 279)
Activos/(Passivos) líquidos	1 668 577	2 118 928	2 665 611	-	162 327	6 615 442

(ii) Risco de taxa de juro (continuação)

A tabela acima mostra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros da entidade e compromissos de empréstimo não reconhecidos com base na sua maturidade contratual possível. Os fluxos de caixa esperados sobre estes instrumentos podem variar desta análise. Por exemplo, reuniões regulares e actualizações são fornecidas para os financiadores da entidade, de modo a garantir que as facilidades e linhas de crédito permaneçam em aberto e que todos os compromissos de empréstimo não reconhecidos sejam desembolsados de imediato.

Os empréstimos obtidos foram totalmente amortizados em Dezembro de 2015 consequentemente o impacto das variações nas taxas de juros foi não foi calculada.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o AC MicroBanco não ter a capacidade de cumprir as suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados através da entrega de valores monetários ou outros activos financeiros. O risco surge tanto da diferença entre a magnitude dos activos e passivos e a desproporção das suas maturidades. A gestão de risco de liquidez lida com o perfil global da demonstração da posição financeira, os requisitos de financiamento da empresa e os fluxos de caixa. Ao quantificar o risco de liquidez, as projecções de fluxos de caixa futuros são acordos simulados e necessários que são postos em prática para garantir que todos os compromissos futuros de fluxos de caixa são cumpridos, a partir dos fundos gerados pela entidade e também de facilidades disponíveis em instituições financeiras.

Maturidades contratuais de activos financeiros e passivos financeiros em 31 de Dezembro:

2017	Á Ordem	1 a 12 meses	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Sem juros	Total
Activos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	765 807	-	-	-	-	765 807
Aplicacoes em Instituicoes de credito	-	2 163 000	-	-	-	2 163 000
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1 841 032	541 317	-	-	2 382 349
Outros activos	178 245	-	-	-	-	178 245
944 052	4 004 032	541 317	-	-	5 489 401	
Passivos financeiros						
Outros Passivos	150 572	-	-	-	-	150 572
	150 572	-	-	-	-	150 572

Activos/(Passivos) líquidos	3 426 968	2 332 343	2 163 000	-	-	5 589 968
2016	Á Ordem	1 a 12 meses	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Sem juros	Total
Activos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	1 668 577	-	-	-	-	1 668 577
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2 118 928	2 665 611	-	-	4 784 539
Outros activos	-	-	-	-	439 606	439 606
	1 668 577	2 118 928	2 665 611	-	439 606	6 892 722
Passivos financeiros						
Outros Passivos	-	-	-	-	(277 279)	(277 279)
	-	-	-	-	(277 279)	(277 279)
Activos/(Passivos) líquidos	1 668 577	2 118 928	2 665 611	-	162 327	6 615 442

(d) Risco operacional

O risco operacional é o risco de perda directa ou indirecta resultante de uma série de causas associadas a processos do AC MicroBanco, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e de factores externos que não sejam de crédito, de mercado e de liquidez, como aqueles resultantes de requisitos legais e regulamentares e normas geralmente aceites de comportamento empresarial. Os riscos operacionais resultam de todos os operações do AC MicroBanco.

O objectivo do AC MicroBanco é gerir o risco operacional, de modo a equilibrar a prevenção de prejuízos financeiros e danos à reputação do AC MicroBanco em relação ao custo-eficácia e inovação eficaz. Em todos os casos, a política do AC MicroBanco requer o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O Conselho de Gestão delegou a responsabilidade de risco operacional a gestão, que é responsável pelo desenvolvimento e implementação de controlos respeitantes aos riscos operacionais. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de normas globais do AC MicroBanco para a gestão dos riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Requisitos para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Requisitos para a reconciliação e monitoria de transações;
- Cumprimento dos requisitos legais e regulamentares;
- Documentação de controlos e procedimentos;
- Requisitos para a avaliação periódica de riscos operacionais, bem como a adequação de controlos e procedimentos para a resolução de riscos identificados;
- Requisitos para reportar as perdas operacionais e medidas correctivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Formação e desenvolvimento profissional;
- Normas de ética empresarial; e
- Mitigação de risco, incluindo seguros em termos de custo/eficácia.

O AC MicroBanco envia esforços para mitigar esses riscos através de uma forte estrutura de governo da sociedade e sistemas de controlo interno, complementados por um sistema de valores robusto. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficazes e estes são documentados em vários manuais que são periodicamente revistos para ter em conta a necessidade de qualquer alteração. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias de gestão, quando aplicável.

(e) Gestão de capital

Os objectivos do AC MicroBanco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo de situação líquida reflectida ao nível do balanço, são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capitais exigidos pelo Banco de Moçambique, o regulador das instituições financeiras;
- Salvaguardar a capacidade do Banco, em termos de continuidade das suas operações, no sentido de que o mesmo pode continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas;
- Manter uma estrutura de capital eficaz que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorados regularmente pela gestão do AC MicroBanco, utilizando técnicas e directivas orientadoras estabelecidas pelo Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal.

A entidade é obrigada a manter um rácio de solvabilidade mínimo igual a 8% do seu capital próprio, definido como prémio de emissão, lucros acumulados aprovados e reservas legais, diferença entre as NIRF e provisões estatutárias a serem incluídos no capital próprio e prejuízos acumulados.

O Banco de Moçambique exige que o AC MicroBanco mantenha um rácio de capital regulatório total em relação aos activos ponderados pelo risco igual ou superior ao mínimo exigido de 8% e apliquem-se regras de Basileia II. O rácio de solvabilidade foi de 138% em 2017 (2016: 40,75%).

Os activos ponderados pelo risco são mensurados por meio de uma Hierarquia de riscos ponderados do AC MicroBanco e classificados de acordo com a natureza e reflectido na estimativa do risco do crédito associado a cada activo e contraparte.

9. Justo valor de instrumentos financeiros

Avaliação de instrumentos financeiros

O Banco mensura o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor, que reflecte a importância dos "inputs" utilizados na sua mensuração:

Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;

Nível 2: Técnicas de valoração baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os inputs sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;

Nível 3: Técnicas de avaliação utilizando inputs não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui "inputs" não baseados em dados observáveis e os "inputs" não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados activos baseiam-se em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido e modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Pressupostos e "inputs" utilizados em técnicas de avaliação incluem as taxas de juro nulo e de referência, os "spreads" de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, preços de obrigações e Bilhetes do Tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data de relato, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor de instrumentos financeiros comuns e mais simples, como taxas de juro e permutas de moeda que utilizam apenas dados de mercado observáveis e exigem pouco julgamento e estimativa da administração. Normalmente, o mercado dispõe de preços observáveis e "inputs" do modelo para derivados, transaccionados em bolsa e derivados simples negociáveis tais como, permutas de taxas de juro. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e "inputs" do modelo reduz a necessidade do julgamento e estimativa da gerência, reduzindo, também, a incerteza associada à determinação dos justos valores. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de "inputs" varia, dependendo dos produtos e dos mercados, sendo propensa às bases das mudanças em eventos específicos e às condições gerais dos mercados financeiros.

A Gestão é da opinião que não é possível determinar o justo valor dos instrumentos financeiros. Contudo, acreditam que não existem diferenças significativas entre o justo valor e a quantia escriturada.





A tabela abaixo estabelece as quantias escrituradas que aproximam o justo valor dos activos financeiros e passivos financeiros do AC MicroBanco:

Justo valor de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro:

2017	Nota	Nível 1 MT	Nível 2 MT	Nível 3 MT	Total MT
Activos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	15	-	765 807	-	765 807
Aplicações em Instituições de crédito	16	-	2 163 000	-	2 163 000
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16	-	2 382 349	-	2 382 349
Outros activos	19	-	178 245	-	178 245
		-	5 489 401	-	5 489 401

2017	Nota	Nível 1 MT	Nível 2 MT	Nível 3 MT	Total MT
Passivos financeiros					
Empréstimos obtidos	20	-	-	-	-
Outros Passivos	21	-	178 245	-	178 245
		-	178 245	-	178 245

2016	Nota	Nível 1 MT	Nível 2 MT	Nível 3 MT	Total MT
Activos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	15	-	1 668 577	-	1 668 577
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16	-	4 436 860	-	4 436 860
Outros activos	19	-	439 606	-	439 606
		-	6 545 043	-	6 540 043
Passivos financeiros					
Empréstimos obtidos	20	-	-	-	-
Outros Passivos	21	-	277 279	-	277 279
		-	277 279	-	277 279

		2017	2016
10	Resultado líquido de juros		
	Juros e rendimentos similares		
	Juros de créditos a clientes	2 507 952	4 247 783
	Resultado líquido de juros	2 507 952	4 247 783
11	Rendimento líquido de honorários e comissões		
	Rendimentos de taxas e comissões		
	Comissões recebidas	92 676	135 886
		92 676	135 886
12	Gastos com taxas e comissões		
	Encargos bancários	(11 623)	(11 198)
	Rendimento líquido de honorários e comissões	81 053	124 688
	Gastos operacionais		
	Gastos com o pessoal	(1 238 756)	(1 666 597)
	Outros gastos administrativos	(3 871 042)	(3 353 646)
	Outros gastos operacionais	(53 919)	(86 505)
		(5 163 717)	(5 106 748)
		2017	2016
12.1	Outros gastos administrativos		
	Água e electricidade	(171 739)	(106 720)
	Avenças e honorários	(602 383)	(428 786)
	Combustíveis e lubrificantes	(162 112)	(105 318)
	Comunicações	(254 846)	(247 799)
	Depreciações do período	(926 043)	(572 646)
	Deslocações e estadias	(146 707)	(104 840)
	Judiciais contencioso e notariado	(378 880)	(319 000)
	Manutenção e reparação	(352 413)	(270 132)
	Marketing, publicidade e representação	(247 831)	(324 234)
	Material de escritório e artigos de papeleria	(11 066)	(32 688)
	Material de higiene e limpeza	(9 905)	(3 634)
	Outros gastos administrativos	(83 109)	(319 865)
	Rendas e alugueres	524 007	(512 984)
	Outros	-	(5 000)
		3 871 041	(3 353 646)
12.2	Gastos com o pessoal		
	Salários	1 203 403	(1 646 891)
	Encargos sociais	35 353	(19 706)
		1 238 756	(1 666 597)
13	Imposto sobre o rendimento		
	Imposto corrente	-	-
	Total de impostos sobre o rendimento	-	-
	Reconciliação de taxa efectiva		
	Prejuízo/(Lucro) antes de impostos	(3 337 991)	(1 081 955)
	Imposto à taxa em vigor de 32%	(1 068 157)	(346 226)
	Efeito dos gastos não dedutíveis	96 954	133 308
		(971 203)	(212 918)
	Taxa efectiva	29%	19.7%
		2017	2016
13.1	Imposto a Recuperar		
	Saldo inicial	(267 340)	427 551

	Pagamento final	-	(518 445)
	Pagamento por conta	-	(146 446)
	Pagamento especial por conta	-	(30 000)
	Saldo final	(267 340)	(267 340)
14	Caixa e equivalentes de caixa		
	Numerário	7 846	165
	Depósitos a ordem	757 961	1 668 412
		765 807	1 668 577
15	Empréstimos e adiantamentos a clientes		
	Empréstimos a prazo	2 412 117	4 890 313
	Rendimentos a Receber	57 829	55 040
	Rendimentos diferidos	(87 598)	-
	Provisões para créditos vencidos	-	(160 815)
	Imparidade Acumulada	(50 006)	(347 678)
		2 332 343	4 436 860
15.1	Movimento de imparidades		
	Saldo inicial	347 678	115 535
	Anulação	(297 672)	-
	Recuperação de créditos Recuperação de créditos	-	-
	Reforço	-	232 143
	Saldo final	50 006	347 678
15.2	Análise de imparidade		
	Imparidade colectiva	-	63 166
	Imparidade específica	50 006	284 512
	Imparidade em 31 de Dezembro	50 006	347 678
15.3	Análise de maturidade de empréstimos e adiantamentos a clientes		
	Até 1 ano	1 841 032	-
	De 1 a 2 anos	541 317	2 118 928
	De 2 a 3 anos	-	2 317 932
	De 3 a 5 anos	-	-
		2 382 349	4 436 860

		Veículos MT	Edifícios MT	Obras em curso MT	Equipamento informático MT	Equipamento de escritório e mobiliário e acessórios MT	Total MT
16	Activos tangíveis						
	Custo						
	Em 1 de Janeiro de 2016	1 614 557	11 384 458	8 959 042	866 085	2 809 824	25 633 966
	Adições	-	-	-	-	-	-
	Em 31 de Dezembro de 2016	1 614 557	11 384 458	8 959 042	866 085	2 809 824	25 633 966
	Abates	-	(11 384 458)	(8 959 042)	-	-	(20 343 500)
	Adições	-	-	-	-	1 998	1 998
	Em 31 de Dezembro de 2017	1 614 557	-	-	866 085	2 811 823	5 292 465
	Depreciação acumulada						
	Em 1 de Janeiro de 2016	1 614 557	1 356 865	-	355 590	1 500 547	4 827 559
	Amortização do exercício	-	227 689	-	85 519	254 858	568 067
	Abate de amortizações acumuladas	-	(1 584 554)	-	-	-	(1 584 554)
	Em 31 de Dezembro de 2016	1 614 557	-	-	441 109	1 755 405	3 811 071
	Amortização do exercício	-	-	-	86 608	252 458	471 885
	Em 31 de Dezembro de 2017	-	-	-	338 368	803 955	1 142 323
	Quantia escriturada em 31 de Dezembro 2016	1 614 557	11 384 458	8 959 042	866 085	2 809 824	25 633 966
	Quantia escriturada em 31 de Dezembro 2017	-	-	-	338 367	803 958	1 142 325
17	Activos intangíveis						
	Software						
	Custo						
	Em 1 de Janeiro de 2016						2 066 745
	Adições						-
	Em 31 de Dezembro de 2016						2 066 745
	Adições						-
	Em 31 de Dezembro de 2017						2 066 745
	Depreciação acumulada						
	Em 1 de Janeiro de 2016						154 366
	Amortização do exercício						4 579
	Abate de amortizações acumuladas						(149 781)
	Em 31 de Dezembro de 2016						9 164
	Em 1 de Janeiro de 2017						9 164
	Amortização do exercício						454 156
	Em 31 de Dezembro de 2017						463 320
	Quantia escriturada em 31 de Dezembro 2016						2 057 581
	Quantia escriturada em 31 de Dezembro 2017						1 603 425

		2017	2016
18	Outros activos		
	Outros devedores	178 245	439 608
		178 245	439 608
19	Empréstimos obtidos		
	Empréstimo dos accionistas (i)	-	17 191 243
		-	17 191 243
	Os empréstimos dos accionistas são sem juros, não têm condições de reembolso fixos e não são garantidos.		
20	Outros Passivos		
	Adiantamentos de Empréstimos e adiantamentos a clientes	51 265	225 755
	Retenções na fonte de IRPS	4 478	-
	Segurança social	3 376	51 405
	Outros acréscimos de custos	91 453	-
		150 572	277 160
21	Capital social		
	Capital autorizado e emitido:		
	Alfredo Francisco Chilaúle (88%)	12 550 370	12 550 370
	Claudia Sandra Alfredo Chilaúle (6%)	848 800	848 800
	Celso Alfredo Chilaule (6%)	848 800	848 800
		14 247 970	14 247 970
21.1	Resultados Transitados		
	Saldo inicial	(1 526 113)	(2 216 390)
	Resultado Líquido do ano anterior	(1 081 955)	690 277
	Saldo Final	(2 608 068)	(1 526 113)
22	Transacções com partes relacionadas		
	Remuneração dos administradores	518 400	518 400
	Empréstimos obtidos (nota 20)	-	17 191 243
		518 400	17 709 643

88% das Acções da AC MicroBanco Limitada são detidas por Francisco Chilaúle.

A conta de empréstimo consiste de fundos adiantados para a entidade e custos operacionais pagos em seu nome numa base mensal. A dívida é reembolsável à ordem, conforme descrito na Nota 20 das demonstrações financeiras.

23 Compromissos e Contingências

Passivos contingentes

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de 5 anos. Dai poderão resultar eventuais correcções de impostos devida a diferentes interpretações e/ou incumprimento de legislação fiscal, nomeadamente em sede de Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Colectivas e Impostos sobre os Rendimentos de Pessoas que não é possível determinar.

24 Eventos subsequentes

Não existem factos ou circunstâncias de natureza material que tenham ocorrido entre a data do fecho do exercício e a data destas Demonstrações Financeiras que teria um efeito significativo nos resultados e na posição financeira.

